



***CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE GLÓRIA DE IVONE***  
**RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

No dia 07 de dezembro de 2023, realizou-se uma Audiência pública na feira coberta do Setor Taquari, em Palmas-TO, com o objetivo fortalecer a estruturação do sistema de proteção social de enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes do setor Jardim Taquari em Palmas. Esta atividade faz parte do projeto Rede de Cuidado, realizado pelo Cedeca, em parceria com a KNH. Além desta pauta, foram discutidas outras demandas da comunidade que serão destacadas neste relatório.

A audiência contou com a participação das autoridades detentoras de deveres e do grupo Vozes do Taquari (coletivo de moradores do setor), que elaboraram a Agenda Política de acordo com as necessidades da comunidade.

As seguintes autoridades e serviços convidados não compareceram: Prefeita de Palmas; Conselho Tutelar de Palmas da Região Sul II; Escola Maria dos Reis; CMEI Fonte do Saber; Centro de Saúde do Setor Taquari; CREAS; Ministério Público Estadual; Conselho Municipal de Saúde, da educação, e da assistência social. A Audiência foi transmitida ao vivo pelas mídias sociais da instituição.

As propostas pactuadas durante a audiência pública entre as autoridades, adolescentes e representações da sociedade civil seguem abaixo:

1. Superlotação das escolas do setor;
2. Ampliação de vagas das escolas;
3. Construção de nova creche;
4. Estruturação de escola de tempo integral para crianças e adolescentes;
5. Ampliação da Unidade de Saúde da Família;
6. Construção de uma Unidade de Saúde da Família;
7. Aluguel temporário de imóvel com urgência para ampliação da unidade de saúde da família do Setor Taquari;
8. Reforma na feira coberta do setor Taquari, incluindo seu estacionamento;
9. Necessidade de ativamento da base da Polícia Militar Comunitária;
10. Melhora na iluminação pública;

11. Melhora na infraestrutura do setor como a pavimentação das ruas, construção de praças, quadras poliesportivas, academias ao ar livre, espaços públicos de lazer e práticas esportivas;
12. Pavimentação asfáltica entre a Vila Agrotins e Taquari;
13. Adequação da Vila Agrotins para ofertar os serviços de saúde da atenção primária com equipe de saúde;
14. Regularização fundiária de determinadas áreas do setor, como na ocupação da Capadócia;
15. Melhora no transporte público da comunidade e também de alunos da zona rural do setor;
16. Necessidade do passe livre no transporte público;
17. Políticas públicas para mitigar a insegurança alimentar e também violências sexuais vividas por crianças e adolescentes;
18. Políticas públicas para o cuidado da saúde mental da população.

Dialogando com as proposições da comunidade, a representante da Secretaria de Saúde fez as seguintes manifestações: informou sobre a abertura de uma farmácia central do SUS no território; ampliação do horário de funcionamento da Unidade de Saúde para 21 horas de segunda à sexta; um imóvel estaria em processo de contrato de aluguel para o primeiro semestre, a fim de ampliar os serviços da Unidade de Saúde; a realização de uma visita in loco na Vila Agrotins para implementação dos serviços de saúde; contratação de psicólogos e técnicos de enfermagem no primeiro semestre de 2024 para a Unidade de Saúde, pois, conforme o representante da secretaria, a legislação não permite a construção de uma UPA na região do Taquari devido insuficiência do número de habitantes. A Secretaria informou ainda que nenhuma demanda por ambulância foi identificada, e que está em curso a construção de mais dois dispositivos de atendimento à saúde mental na região Sul do município. Com relação à demora na realização e no resultado de exames, informou que o SUS segue a fila de espera e classificação de risco, conforme a normatização da política de saúde.

A Defensoria Pública, dialogando também com as proposições da comunidade, em resposta à população, destacou que, por meio do NUDECA, uma ação foi protocolada visando a ampliação das vagas nas creches do setor. Na oportunidade, a Defensora Pública reforçou que todas as demandas apontadas na audiência seriam repassadas para os demais defensores com atribuição nas áreas, e destacou que muitas demandas não foram encontradas nos registros do órgão.

Por fim, a Defensora Pública presente comprometeu-se a colaborar para que sejam adotadas providências cabíveis no órgão, a fim de que, institucionalmente, as demandas de cultura, esporte e lazer, bem como sobre a regularização fundiária sejam atendidas.

Palmas - TO, 09 de janeiro de 2024.

---

**Núcleo de incidência política**  
CEDECA/TO